

Excelências Intelectuais ou Virtudes Dianoéticas
(Aristóteles, *Ética a Nicômacos*, tendo como texto-base o livro VI)

1. Como foi dito ao final do capítulo 13 do livro I, há, juntamente com a alma irracional, uma alma racional, a qual, agora, é dividida em dois momentos: 1. τὸ ἐπιστημονικόν (faculdade científica) e 2. τὸ λογιστικόν. (faculdade calculadora) (1139 a 6 - 14). Os excelentes exercícios (virtudes intelectuais) de cada uma destas faculdades são uma disposição (ἕξις) (1139 a 15 - 17), assim como era o caso da virtude moral. Mas, enquanto esta se distingue da virtude intelectual pelo fato de ser um *meio-termo* entre extremos, a excelência intelectual tem, por sua vez, como obra (ἔργον) a *verdade* (ἡ ἀλήθεια) (1139 b 12). A faculdade científica tem por objeto os princípios invariáveis, objeto da verdade teórica, enquanto a faculdade calculadora tematiza as coisas passíveis de variação, objeto da verdade prática, (ἡ ἀλήθεια πρακτική, 1139 a 26s).

2. Aristóteles passa, então, a explicar a verdade prática, pois a verdade teórica é de significado mais evidente. A verdade prática envolve (νοῦς, mens) e (ὄρεξις, appetitus)¹, inteligência, pensamento ou razão e apetite ou desejo, relativos às almas racional e sensitiva, respectivamente: a verdade prática diz respeito à razão verdadeira (... τὸν λόγον ἀληθῆ...) e ao apetite correto (... τὴν ὄρεξιν ὀρθήν ...), pois o que aquela afirma e o que este busca são as mesmas coisas (τὰ αὐτὰ): os *meios* adequados para obter a excelência moral (*fim*) (1130 a 23 - 27). O fim-alcançável-por-este-meio e o meio-para-este-fim são as mesmas coisas afirmadas pela razão e buscadas pelo desejo. [Vd. tb. Aristote. L'Éthique a Nicomaque. (Introdução, tradução e comentário de René A. Gauthier e Jean Y. Jolif). Louvain, Publications Universitaires, 1970, p. 446ss (Tome II, Deuxième Partie; Commentaires, Livres VI-X)].

3. A escolha (προαίρεσις) é a causa eficiente da ação, e o desejo e o pensamento calculador (ὁ λόγος ὁ ἔνεκά τινος)² são, por seu turno, o princípio da escolha. E como a escolha não pode ter lugar sem razão ou pensamento e sem disposição moral (ἄνευ νοῦ καὶ διανοίας ... ἄνευ ἠθικῆς ... ἕξεως), as ações boas (virtudes morais) e más (deficiências morais) não podem ocorrer sem a participação do pensamento e costumes ou estado habitual do caráter, ethos (ἄνευ διανοίας καὶ ἠθους, 1139 a 31 - 35). Gauthier e Jolif chamam a atenção para a aproximação entre desejo ou apetite e estado habitual do caráter, uma vez que o desejo mantido pelo indivíduo não pode estar desvinculado do ethos/costume/estado habitual do caráter por ele assumido. [Vd. tb. Aristote. L'Éthique a Nicomaque. (Introdução, tradução e comentário de René A. Gauthier e Jean Y. Jolif). Louvain, Publications Universitaires, 1970, p. 444 (Tome II, Deuxième Partie; Commentaires, Livres VI-X)].

4. O pensamento sem desejo não move coisa alguma e, assim sendo, não levaria a efeito a escolha e, por conseguinte, não haveria ação. Ele é prático e, portanto, move as coisas, na medida em que está associado ao desejo. Este faz daquele um motor de ações. Ora, o desejo tem por objeto e fim a bela ação ou ação feliz (εὐπραξία), que é o próprio fim da ação. Este é, então, o caso no que deve ser praticado (τὸ πρακτόν), diferentemente do que deve ser feito (τὸ ποιητόν), em que ação e fim são diferentes. Portanto, conclui Aristóteles, a escolha é a razão desiderativa (ὀρεκτικὸς νοῦς), a razão movida em direção a um fim desejado graças ao estado habitual de caráter, ou ela é também o desejo raciocinativo (ὄρεξις διανοητική), o desejo do fim, a saber, da bela ação, com base na determinação dos meios apropriados para realizar o fim almejado (1139 a 35 - 1139 b 5). O homem constituído por pensamento e desejo é, então, origem e causa eficiente das ações: das boas ações (verdade prática), na medida em que o desejo é correto, e o pensamento, verdadeiro. τὸ πρακτόν da excelência moral é formado pela verdade do pensamento e retidão do desejo. Ele é

1 Vd. ethica nichomachea, lib . VI, cap. II, 1139, (1), In: Aristotelis. Opera omnia. Graece et latine cum indice nominum et rerum absolutissimo. Paris, Firmin Didot, 1850, volumen secundum, p. 67.

2 Sigo a tradução de Gauthier e Jolif. Aristote. L'Éthique a Nicomaque. (Introdução, tradução e comentário de René A. Gauthier e Jean Y. Jolif). Louvain, Publications Universitaires, 1970, p. 444 (Tome II, Deuxième Partie; Commentaires, Livres VI-X)].

também causa das más ações (falsidade prática), na medida em que o desejo envolve um fim incorreto, e o pensamento diz respeito a algo falso.

5. Cinco são os candidatos para a virtude intelectual: “a disposição graças à qual a alma atinge a verdade mediante o afirmar e o negar”: a arte (τέχνη)³, a ciência (ἐπιστήμη), o discernimento (φρόνησις), a sabedoria filosófica (σοφία) e a inteligência (νοῦς) [1139 b 16s, traduções de Gama Kury].

A arte ou técnica, assim como a excelência intelectual, é uma disposição (ἔξις). A técnica não é, entretanto, práxis e não é virtude dianoética. A virtude dianoética é também uma disposição, mas uma disposição prática (ἔξις πρακτική), enquanto que a arte é uma disposição produtiva (ἔξις ποιητική) (1140 a 4-5). Portanto, ela não pode ser uma excelência intelectual, já que não é uma ação (πρᾶξις), cujo fim é a própria ação. Ela é, ao contrário, um fazer (ποίησις), cujo fim é diferente do fazer.

O discernimento é a *virtude da parte calculadora da alma*, ao passo que a sabedoria filosófica é a *virtude da parte científica da alma*, pois ela engloba a ciência e a inteligência. Passemos, então, ao estudo das duas virtudes.

6. O discernimento ou a prudência é a excelência no exercício da faculdade calculadora. O discernimento consiste em deliberar corretamente sobre os meios adequados para alcançar os fins expressos pelas excelências morais.

A excelência moral diz respeito ao pensamento em sua dimensão calculadora – alma racional - e ao desejo – alma sensitiva (ὄρεξις). Ela é, portanto, a combinação de um pensamento verdadeiro com o desejo correto, de tal forma que ela seja uma disposição habitual (ἔξις) da alma na escolha do que é correto em termos do que é variável. Ora, o discernimento é o pensamento verdadeiro ou correto (ὀρθὸς λόγος) que nos leva a obter a excelência moral (1144 b 1 - 30).

7. Aristóteles afirma: “A obra humana (τὸ ἔργον) realiza-se através do discernimento e da excelência moral, porquanto esta torna retos os fins, ao passo que aquele faz retos os meios”, (1144 a 6 – 9). [τὸ ἔργον ἀποτελεῖ καὶ κατὰ τὴν φρόνησιν καὶ τὴν ἠθικὴν ἀρετήν· ἢ μὲν γὰρ ἀρετὴ τὸν σκοπὸν ποιεῖ ὀρθόν, ἢ δὲ φρόνησις τὰ πρὸς τοῦτον.]

8. Nesse sentido, há, portanto, um estreito vínculo entre as excelências morais e a excelência dianoética da faculdade calculadora: a) para ser virtuoso é necessário possuir o discernimento, mas, b) para possuir o discernimento é necessário ser virtuoso, (1144 b 30 - 32).

Com relação a a): a excelência moral implica em encontrar a justa medida entre os extremos do excesso e da carência; ora, essa justa medida não pode ser determinada sem a participação do discernimento, já que ele, tendo em vista o τέλος a ser alcançado, identifica o que o indivíduo deve fazer.

Com relação a b): O discernimento seria mera astúcia ou esperteza se ele não fosse a determinação de meios adequados para *fins corretos*, fins indicados pelas excelências morais. O ladrão que consegue realizar o fim de sua ação, por exemplo, roubar dinheiro, conseguiu agenciar adequadamente os meios corretos para obter o que ele buscava. A escolha desses meios, no entanto, não pode ser obra de um excelente exercício da faculdade calculadora, já que ele tem em mente um τέλος errado. A eficiência do cálculo por si só não garante, portanto, a excelência moral de seu exercício.

9. Por isso, então, a posição de Aristóteles, segundo a qual o discernimento torna retos os meios, não deve ser entendida no sentido de o discernimento envolver apenas os meios. Ele vincula meios corretos para fins corretos e, assim sendo, discernimento e excelências morais formam um vínculo indissociável, porque os meios éticos não podem ser desvinculados de fins éticos também corretos.

3 Também traduzida como técnica.

10. O excelente exercício da faculdade científica é a σοφία (sabedoria). A sabedoria é a ciência perfeita, pois é o conhecimento a partir dos princípios (ciência e seu procedimento silogístico, ἐπιστήμη) e conhecimento dos próprios princípios (inteligência e seu procedimento de captação intuitiva dos próprios princípios, νοῦς). Ela é, portanto, “o conhecimento científico consumado das coisas mais sublimes” 1141 a 18 - 20, (ὅστ' εἶη ἂν ἡ σοφία νοῦς καὶ ἐπιστήμη, ὥσπερ κεφαλὴν ἔχουσα ἐπιστήμην τῶν τιμιωτάτων).

11. A sabedoria, em última instância, se identifica com a Metafísica, filosofia primeira, a mais elevada das ciências teóricas, pois ela tem por objeto os mais sublimes dos objetos, em especial, o ato puro, a forma pura. A sabedoria tem por objeto, pois, realidades que estão além do homem, ao passo que o discernimento se ocupa com o homem, bem como com o que nele e em suas circunstâncias é mutável.

12. Daí, então, que a sabedoria, como exercício excelente da faculdade científica, nos leva ao supremo grau de felicidade atingível, praticável (πρακτόν) pelo homem. Ela nos leva, com efeito, a fazer a experiência do que há de divino em nós e fora de nós, pois nos faz vivenciar o especificamente humano, a alma racional, ao passo que o discernimento leva em conta também alma sensitiva que nos é comum aos animais, (1177 b 7 - 1178 a 7).